

# CORRELAÇÃO DE FORÇAS

ASSUNTOS DO PAÍS | 17 a 21 de março



## INTRODUÇÃO

A semana segue marcada pelas negociações sobre a votação do orçamento. A reforma ministerial também está na pauta dos debates. Definições importantes devem ser tomadas antes da viagem do presidente Lula ao Japão. Além disso, a repercussão do fraco ato em apoio a Bolsonaro deve gerar comentários ao longo dos próximos dias. No campo econômico, o destaque fica por conta dos novos dados sobre a inflação.

## AVALIAÇÃO DO GOVERNO

Nesta semana, o presidente Lula terá uma agenda movimentada. Confira:

**Terça-feira (18/03):** Presidente Lula visita a fábrica da Toyota em Sorocaba (SP);

**Quarta-feira (19/03):** Lula viaja a Jucurutu (RN) para inauguração da Barragem Oiticica. No mesmo dia, vai a Fortaleza (CE) para a inauguração do hospital da Universidade Estadual do Ceará;

**Sábado (22/03):** Presidente embarca para viagem oficial ao Japão e ao Vietnã. A visita está prevista para durar de 24 a 29 de março.

## IR 2025

A Receita Federal divulgou as regras para a declaração do Imposto de Renda (IR) de 2025, referente ao ano-calendário de 2024. O prazo para entrega da declaração começa em 17 de março, a partir das 8h, e vai até 30 de maio, às 23h59. O programa para preenchimento da declaração foi disponibilizado para download na última quinta-feira (13/03), mas a transmissão das declarações só poderá ser feita a partir de segunda-feira (17/03). A Receita Federal também informou que a declaração pré-preenchida, com dados fornecidos pelo Fisco, estará disponível até 1º de abril. Portanto, quem optar por utilizar essa modalidade terá que aguardar até o início do próximo mês. O valor mínimo de rendimentos tributáveis anuais que obriga a entrega da declaração foi reajustado de R\$ 30.639,90 para R\$ 33.888,00. Para atividades rurais, o limite de

receita bruta que gera obrigatoriedade subiu de R\$ 153.999,50 para R\$ 169.440,00. Além disso, estão obrigados a declarar quem realizou a atualização de bens imóveis com pagamento de ganho de capital diferenciado, conforme previsto na Lei nº 14.973/2024, bem como quem obteve rendimentos no exterior provenientes de aplicações financeiras, lucros e dividendos.

## ISENÇÃO DO IR

O presidente Lula deve enviar ao Congresso Nacional, nesta terça-feira (18/03), a proposta para isentar do Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil. “Vamos anunciar agora no dia 18 que quem ganha até 5 mil reais não vai mais pagar imposto de renda nesse país. Porque a verdade é que quem paga IR nesse país é quem tem desconto na fonte, por que aí não tem como sonegar. É descontado na folha de pagamento dele. Mas quem ganha muito as vezes nem paga. Inventam sempre uma ‘mutreta’ qualquer para não pagar. Queremos salvar o povo trabalhador de pagar o IR enquanto muita gente rica sonega”, disse o presidente. A proposta é uma promessa de campanha do presidente Lula, que começou a ser melhor trabalhada no final do ano passado, junto ao anúncio do pacote fiscal em dezembro. A Fazenda pretende criar um “imposto mínimo efetivo” de 10% para todos que ganham acima de R\$ 50 mil (R\$ 600 mil por ano). A ideia é que até mesmo rendimentos no exterior sejam informados na hora de declarar o IR. A expectativa é que o projeto seja aprovado a tempo de já ser aplicado em 2026.

## BOLSA FAMÍLIA

O governo Lula enviou ao Congresso Nacional uma reestimativa de despesas, reduzindo em R\$ 7,7 bilhões o orçamento previsto para o programa Bolsa Família em 2025. A informação consta em um ofício do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), assinado pela ministra Simone Tebet. Segundo o documento, os ajustes orçamentários foram realizados pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) e refletem alterações solicitadas pelos órgãos envolvidos, “em razão de repriorizações ou necessidades supervenientes”. Além da redução no Bolsa Família, a reestimativa inclui a adição de R\$ 3 bilhões ao programa Auxílio Gás, que já contava com cerca de R\$ 600 milhões previstos na proposta orçamentária enviada em agosto do ano passado. O documento também registra um aumento de aproximadamente R\$ 8 bilhões em despesas previdenciárias. No entanto, não há previsão de recursos para o programa educacional Pé de Meia, cuja a inclusão no orçamento deve ser enviada ao Congresso nos próximos 120 dias, conforme determinação do TCU. Técnicos do Congresso estimam que o custo anual do programa seria de cerca de R\$ 10 bilhões. A reestimativa ainda prevê um acréscimo de pouco mais de R\$ 20 bilhões ao Fundo Social, destinado a financiar investimentos em infraestrutura social e apoiar projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

## FORO PRIVILEGIADO

---

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 votos a 4, ampliar o foro especial, mantendo na corte as investigações de autoridades mesmo após elas deixarem seus cargos. A tese vencedora, proposta pelo ministro Gilmar Mendes, estabelece que o foro especial “permanece válido mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após o término do exercício da função”. O novo entendimento tem aplicação imediata. Gilmar Mendes foi acompanhado pelos ministros Dias Toffoli, Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Kassio Nunes Marques. A minoria foi composta por André Mendonça, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Luiz Fux. A decisão de ampliar o foro privilegiado impacta diretamente uma das principais estratégias de defesa dos acusados envolvidos na trama golpista de 2022, que argumentavam que o julgamento não deveria ocorrer no STF, já que nenhum dos denunciados possuía mais foro especial por não ocupar mais os cargos em questão.

## ATO PRÓ BOLSONARO

---

No domingo (16/03), apoiadores de Jair Bolsonaro participaram de um ato na Praia de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro, convocado pelo ex-presidente. A manifestação teve como principal pauta a defesa da anistia para os envolvidos nos ataques de 8 de janeiro em Brasília, considerados o maior ataque às instituições democráticas desde a redemocratização do Brasil. Durante o evento, Bolsonaro reafirmou sua intenção de concorrer à presidência em 2026, apesar de estar inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele também se defendeu das acusações de golpe, pelas quais pode se tornar réu ainda neste mês, e afirmou contar com apoios na Câmara dos Deputados para aprovar a anistia. Segundo pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), o ápice do ato reuniu cerca de 18,3 mil pessoas. Já a Polícia Militar, em uma publicação nas redes sociais, estimou a presença de 400 mil participantes. Além de Bolsonaro, estiveram presentes no evento o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; o de São Paulo, Tarcísio de Freitas; o de Santa Catarina, Jorginho Mello; e o de Mato Grosso, Mauro Mendes. Também marcaram presença os senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta, o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, e o pastor Silas Malafaia, coordenador do evento, entre outras figuras políticas e religiosas. O ato reforçou a mobilização da base bolsonarista e evidenciou as tensões políticas que continuam a polarizar o cenário nacional.

# STF: JULGAMENTO DE BOLSONARO

---

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), marcou para o dia 25 de março a análise da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Bolsonaro e outras sete pessoas. O julgamento ocorrerá de forma presencial. Caso a denúncia seja acatada, Bolsonaro e os demais investigados se tornarão réus. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, liberou a denúncia para julgamento após a PGR apresentar uma manifestação rebatendo as alegações das defesas dos investigados. Participarão da sessão, além de Moraes e Zanin, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Flávio Dino e Luiz Fux. O julgamento abordará a denúncia referente ao primeiro núcleo de investigação apontado pela PGR. Para agilizar o processo, a acusação foi dividida em cinco grupos. Além de Bolsonaro, estão incluídos nesse grupo quatro ex-ministros de seu governo: Walter Braga Netto (Casa Civil e Defesa), Anderson Torres (Justiça), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional). O desfecho desse julgamento poderá ter repercussões significativas no cenário político e jurídico do país.

## STF: BRAGA NETTO

---

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta sexta-feira, manter a prisão do general Walter Braga Netto, ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro e candidato a vice-presidente na chapa do ex-presidente nas eleições de 2022. Braga Netto foi preso em dezembro do ano passado por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre o suposto envolvimento dele em uma trama golpista. Segundo a Polícia Federal, o general teria atuado para obstruir as investigações sobre a tentativa de golpe de Estado que visava impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em seu voto, Alexandre de Moraes destacou que as autoridades policiais apontaram que Braga Netto tentou controlar as informações repassadas às investigações, demonstrando um “verdadeiro papel de liderança, organização e financiamento” na trama. Além disso, o ministro ressaltou que há “relevantes indícios” de que o general agiu de forma reiterada para dificultar o andamento das apurações. O voto de Moraes foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux. A decisão reforça o entendimento do STF sobre a gravidade das acusações e a necessidade de manter Braga Netto preso enquanto as investigações prosseguem. O caso é parte de um conjunto de ações que investigam supostos atos antidemocráticos ocorridos durante o período de transição de governo.

# DADOS SOBRE A INFLAÇÃO

A inflação medida pelo IPCA encerrou fevereiro em 1,31%, maior variação para o mês desde 2003 (1,57%). O número ficou em linha com as projeções do mercado e elevou a taxa acumulada em 12 meses a 5,06%, acima dos 4,56% registrados até janeiro e do teto da meta, de 4,5%. No mês anterior, o IPCA ficou em 0,16%. Os maiores impactos vieram de Habitação (4,44% e 0,65 ponto percentual) e Educação (4,70% e 0,28 p.p.). No primeiro grupo, a energia elétrica residencial disparou 16,80%, revertendo a queda de 14,21% de janeiro, devido ao bônus de Itaipu. No segundo, os cursos regulares subiram 5,69%, refletindo os reajustes do início do ano letivo. Os preços de Alimentação e bebidas desaceleraram, mas subiram 0,70% no mês, impulsionados pelo ovo de galinha (15,39%) e pelo café moído (10,77%). Já o grupo Transportes (0,61%) sentiu o aumento nos combustíveis (2,89%).

## CESTA BÁSICA

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em fevereiro, o custo médio da cesta básica aumentou em 14 das 17 capitais brasileiras. Apenas três capitais registraram redução no custo: Goiânia (-2,32%), Florianópolis (-0,13%) e Porto Alegre (-0,12%). Os maiores aumentos entre janeiro e fevereiro ocorreram em Recife (4,44%), João Pessoa (2,55%), Natal (2,28%) e Brasília (2,15%). Entre os principais responsáveis pelo aumento dos preços da cesta básica estão o café, que subiu em todas as capitais pesquisadas, o tomate e o quilo da carne bovina de primeira. No caso do café, os aumentos variaram entre 6,66%, em São Paulo, e 23,81%, em Florianópolis. A cesta básica mais cara do país no mês de fevereiro foi a de São Paulo, com custo médio de R\$ 860,53. Em seguida, estão as cestas do Rio de Janeiro (R\$ 814,90), Florianópolis (R\$ 807,71) e Campo Grande (R\$ 773,95). Já nas regiões Norte e Nordeste do país, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores foram registrados em Aracaju (R\$ 580,45), Recife (R\$ 625,33) e Salvador (R\$ 628,80). O Dieese estimou que, em fevereiro, o salário-mínimo deveria ser de R\$ 7.229,32, o que equivale a 4,76 vezes o valor atual do salário-mínimo, fixado em R\$ 1.518,00.

## PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

De acordo com o Panorama Veloe de Indicadores de Mobilidade, desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), encher um tanque de 55 litros de combustível compromete 6,2% da renda mensal familiar no quarto trimestre de 2024. Em fevereiro, todos os combustíveis registraram aumento nos preços médios em comparação com janeiro do mesmo ano. O diesel comum e o diesel S-10 lideraram os reajustes, com alta de 4,6% cada, seguidos pelo etanol (3,9%), gasolina comum (2,9%), gasolina aditivada (2,8%) e GNV (0,1%). No acumulado do primeiro bimestre de 2024, os combustíveis que mais encareceram foram o etanol hidratado (6,6%), o diesel comum (5,2%) e o diesel S-10 (5,1%). Em 12 meses, os preços continuam em trajetória de alta, com destaque para o etanol hidratado, que registrou um aumento de 22,1%. O preço médio nacional da gasolina comum foi de R\$ 6,434 por litro, com alta de 2,9% no mês e 10,3% nos últimos 12 meses. O Norte (R\$ 6,869) e o Nordeste (R\$ 6,511) registraram os maiores valores, enquanto os menores preços foram observados no Sudeste (R\$ 6,274) e Sul (R\$ 6,434). O etanol foi comercializado a uma média de R\$ 4,437 por litro, subindo 3,9% no mês e 22,1% no acumulado de 12 meses.

## TAXAÇÃO DO ALUMÍNIO

O Brasil não pretende permanecer inerte diante da decisão dos Estados Unidos de impor uma tarifa generalizada de 25% sobre as importações de aço e alumínio. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o setor siderúrgico brasileiro poderá sofrer uma perda de US\$ 1,5 bilhão em exportações, além de uma redução na produção de aproximadamente 700 mil toneladas neste ano. O estudo do Ipea aponta que a medida tarifária pode resultar em uma queda de 2,19% na produção, uma contração de 11,27% nas exportações de alumínio e uma redução de 1,09% nas importações. Considerando a importância do mercado americano para a indústria siderúrgica brasileira, o Instituto Aço Brasil e as empresas associadas manifestaram que “mantêm a expectativa de que, com a abertura de um canal de diálogo pelo governo brasileiro junto ao governo americano, seja possível avançar nas negociações para restabelecer as bases do sistema de importação estabelecido durante o primeiro governo de Donald Trump, em 2018, e que vigorou até esta terça-feira”. Durante o primeiro mandato do republicano, foram definidas cotas de importação isentas de impostos, um acordo que agora está sob revisão. O setor espera que o diálogo entre os dois países possa reverter os impactos negativos da nova tarifa e restabelecer as condições comerciais favoráveis anteriormente em vigor.

## CONSELHO DA PETROBRAS

---

O governo definiu os nomes que serão indicados para o Conselho de Administração da Petrobras, cuja eleição pela assembleia de acionistas está prevista para 16 de abril. A maioria dos atuais conselheiros será reconduzida, incluindo: Pietro Adamo, secretário de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, indicado para presidir o Conselho de Administração; Magda Chambriard, presidente da Petrobras; Bruno Moretti, secretário de Análise Governamental da Casa Civil; Rafael Dubeux, secretário executivo adjunto do Ministério da Fazenda; e Renato Campos Galuppo, ex-assessor jurídico da Câmara dos Deputados. A única mudança na composição é a substituição de Vitor Saback, atual secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, por José Fernando Coura. Pietro Adamo, indicado para a Agência Nacional do Petróleo (ANP), deve permanecer como presidente do Conselho de Administração da Petrobras até que sua nomeação para a agência reguladora seja aprovada pelo Senado Federal. Além dos indicados pelo governo, os acionistas minoritários apresentaram três nomes para o conselho, dos quais dois devem ser eleitos. Rosângela Buzanelli Torres seguirá como representante dos empregados da Petrobras no conselho, com mandato válido até 2026. A renovação do conselho ocorre em um momento estratégico para a empresa, que enfrenta desafios relacionados à política de preços, investimentos e transição energética, além da necessidade de equilibrar os interesses do governo, como principal acionista, e dos investidores privados.

## CONTRIBUIÇÃO DA PETROBRAS

---

A Petrobras foi responsável pelo pagamento de 7% de toda a arrecadação do país em 2024. Relatório da companhia detalha o direcionamento dos R\$ 270,3 bilhões pagos em forma de tributos e participações governamentais. Os tributos pagos são direcionados à União, aos estados e municípios. As participações governamentais incluem, principalmente, royalties pela exploração de petróleo e a participação especial (PE) – uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Do total de dispêndios tributários e regulatórios, R\$ 102 bilhões são federais. Os tributos estaduais respondem pela maior fatia, R\$ 104,9 bilhões. Os municípios receberam R\$ 1,40 bilhão.

## DESEMPENHO DO VAREJO

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista no Brasil registrou uma leve retração de 0,1% em janeiro em comparação com dezembro de 2023. Esse resultado marca o terceiro mês consecutivo de estabilidade, com variações mínimas e próximas de zero. No entanto, na comparação com janeiro do ano anterior, o setor apresentou um crescimento de 3,1%, mantendo uma sequência de 20 meses de alta nessa base de comparação. No recorte mensal, alguns segmentos se destacaram positivamente: as vendas de equipamentos de escritório e informática cresceram 5,3%, os combustíveis avançaram 1,2%, e os artigos de uso pessoal e doméstico tiveram alta de 0,7%. Por outro lado, farmácias e perfumarias registraram queda de 3,4%, enquanto os supermercados apresentaram uma leve retração de 0,4%. Regionalmente, os estados do Amapá (13,1%) e Tocantins (4,6%) lideraram o crescimento no período. Em contraste, Sergipe (-3,9%) e Roraima (-3,5%) tiveram as quedas mais expressivas. No acumulado dos últimos 12 meses, o varejo tradicional manteve trajetória de expansão, com alta de 4,7%, enquanto o varejo ampliado (que inclui veículos e materiais de construção) cresceu 3,8%. Os dados refletem um cenário de relativa estabilidade no setor, com desempenhos variados entre segmentos e regiões, indicando a resiliência do varejo diante dos desafios econômicos atuais.

## ENSINO SUPERIOR

De acordo com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior, o setor privado concentrou 79,3% das matrículas no ensino superior em 2023, impulsionado principalmente pela expansão do ensino a distância (EAD). Desde 2013, o número de ingressantes na rede particular cresceu 5,7 pontos percentuais. No entanto, o acesso por meio de políticas públicas de bolsas, como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), registrou uma forte retração. O Fies, que financiou 732 mil contratos em 2014, caiu para apenas 90 mil em 2023, uma redução de quase 88%. Já o Prouni, que atingiu seu pico em 2017, com 610,1 mil bolsas concedidas, registrou uma queda de 34% no mesmo período. Diante desse cenário, o EAD emergiu como o principal motor de crescimento do ensino superior privado, atingindo 4,91 milhões de alunos em 2023 — o que representa quase metade do total de matrículas no setor. A expansão do EAD reflete uma mudança significativa no perfil do ensino superior no Brasil, com maior flexibilidade e acessibilidade para os estudantes, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios enfrentados pelas políticas públicas de financiamento e inclusão educacional.

## CHINA: CONSUMO INTERNO

---

O Conselho de Estado da China divulgou um “plano de ação especial” com o objetivo de impulsionar o consumo interno, incluindo medidas como o aumento da renda das famílias e a criação de subsídios para cuidados infantis. A iniciativa surge em resposta a uma série de desafios que afetaram a demanda do consumidor nos últimos anos, como as interrupções causadas pela pandemia de Covid-19, a crise prolongada no setor imobiliário e as incertezas geradas pela guerra tarifária promovida pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Entre as principais medidas do plano está a criação de um sistema de subsídios para cuidados infantis, a promoção de modalidades de emprego flexível e a ampliação de serviços como clínicas pediátricas noturnas em hospitais gerais. O governo também incentivará a operação de serviços de cuidados infantis comunitários e aqueles administrados por empregadores. Outra frente do plano visa garantir os direitos dos trabalhadores, com a ampliação das férias anuais remuneradas e a criação de feriados curtos. Além disso, os subsídios financeiros para pensões básicas de residentes urbanos e rurais serão aumentados. Por fim, o documento propõe a expansão do turismo, com a ampliação do número de países cujos cidadãos podem visitar a China sem a necessidade de visto. As medidas buscam não apenas estimular o consumo, mas também fortalecer a confiança dos consumidores e promover um crescimento econômico mais equilibrado diante dos desafios atuais.

## TRUMP E PUTIN

---

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deve conversar com seu homólogo russo, Vladimir Putin, nesta semana sobre possíveis maneiras de encerrar a guerra de três anos na Ucrânia. A informação foi divulgada pelo enviado dos Estados Unidos à Rússia, Steve Witkoff, em entrevista à CNN no domingo, após ele retornar de uma reunião que descreveu como “positiva” com Putin em Moscou. Trump busca o apoio de Putin para uma proposta de cessar-fogo de 30 dias, que a Ucrânia aceitou na semana passada. No entanto, os combates continuaram intensos durante o fim de semana, com ambos os lados trocando pesados ataques aéreos. A Rússia está próxima de expulsar as forças ucranianas de sua posição de meses na região de Kursk, no oeste do país. Em uma publicação nas redes sociais na sexta-feira, Trump afirmou que há “uma chance muito boa de que essa guerra horrível e sangrenta possa finalmente chegar ao fim”. Ele também revelou que havia “solicitado fortemente” que Putin poupasse a vida dos milhares de soldados ucranianos que estão sendo expulsos de Kursk. Putin, por sua vez, afirmou que honraria o pedido de Trump, desde que os soldados ucranianos se rendessem. As negociações entre os líderes ocorrem em um momento crítico do conflito, com a comunidade internacional acompanhando de perto a possibilidade de um acordo que possa levar à paz na região. A proposta de cessar-fogo e os apelos humanitários de Trump destacam os esforços diplomáticos em meio a um cenário de intensa hostilidade.

### CONGRESSO: ORÇAMENTO 2025

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar o Projeto de Lei Orçamentária de 2025 nesta quarta-feira (19/03). De acordo com a Agência Senado, com base em informações da assessoria do colegiado, a data foi definida após acordo entre o presidente da comissão, deputado Júlio Arcoverde (PP/PI), e o relator do projeto, senador Angelo Coronel (PSD/BA). Depois de aprovada na CMO, a medida precisa ser submetida à votação do Congresso Nacional. A proposta orçamentária deste ano deveria ter sido votada no fim de 2024, mas um impasse em torno das emendas parlamentares, envolvendo o Judiciário e o Legislativo, afetou o cronograma.

### SENADO: AGENDA DA SEMANA

**Terça-feira (18/03):** Comissão de Infraestrutura ouve três executivos da Anac sobre suspensão de voos da Voepass. São eles: Roberto José Silveira Honorato (Diretor-Presidente Substituto), Bruno Diniz Del Bel (Superintendente de Padrões Operacionais) e Renan Essucy Gomes Brandão (Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos);

**Terça-feira (18/03):** Comissão de Meio Ambiente vota o substitutivo do projeto nº 2.088/2023, que prevê medidas para o governo encarar eventuais barreiras comerciais dos Estados Unidos;

**Terça-feira (18/03):** Comissão de Assuntos Econômicos tem reunião para a votação de projetos, às 10h. Um deles prevê a priorização do financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Se aprovado pela comissão, segue para a Câmara dos Deputados;

**Quarta-feira (19/03):** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ouve o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Henrique Baqueta Fávaro, e o ministro da Pesca, André de Paula.

**Quinta-feira (20/03):** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouve o ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira.

## CÂMARA: AGENDA DA SEMANA

**Terça-feira (18/03):** Presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem reunião prevista com líderes. Expectativa é de avanço nas negociações para definir comissões temáticas;

**Quarta-feira (19/03):** Motta convoca deputados para fazer uma “superquarta” e garantir a instalação de todos os colegiados.

## PROJETO SOBRE EMENDAS

Na semana passada, o Congresso Nacional aprovou um projeto que modifica as regras internas relacionadas às emendas parlamentares de deputados e senadores. O texto agora segue para promulgação. A sessão foi conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil/AP). Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada com 361 votos a favor e 33 contra. No Senado, a votação começou por meio do sistema virtual da Câmara, mas enfrentou dificuldades técnicas, já que nem todos os senadores conseguiram se conectar. A apreciação foi concluída utilizando o aplicativo de voto virtual da Casa Alta, com 64 votos favoráveis e 3 contrários. O projeto havia sido protocolado na terça-feira (11/03) e relatado pelo senador Eduardo Gomes (PL/TO). O Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) altera trechos da Resolução do Congresso 1 de 2006, que estabelece os limites e as regras para a destinação e a identificação dos diferentes tipos de emendas, incluindo as de bancada, as de comissão e as individuais. De acordo com Davi Alcolumbre, o texto visa atender ao plano de trabalho acordado com o Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de ampliar a transparência nos repasses de recursos. A mudança busca aprimorar o controle e a fiscalização sobre o uso das emendas parlamentares, reforçando a prestação de contas e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## STF: SOBRES ELEITORAIS

Na quinta-feira (13/03), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) analisou embargos apresentados pelo partido Rede Sustentabilidade contra uma decisão da Corte que alterou as regras de distribuição das sobras eleitorais. Por maioria de seis votos, os ministros decidiram que as novas regras deveriam ser aplicadas retroativamente às eleições de 2022. Como consequência, sete deputados federais eleitos perderam seus mandatos imediatamente, e os candidatos que ficaram em segundo lugar nos partidos originalmente excluídos da distribuição das sobras poderão assumir as cadeiras. O mérito da questão foi julgado em fevereiro de 2024, quando o STF decidiu, por sete votos a quatro, que todos os partidos poderiam concorrer às vagas na terceira fase

da distribuição das sobras eleitorais, independentemente de atingirem os percentuais mínimos de 80% e 20% do quociente eleitoral. Na ocasião, a Corte estabeleceu que a decisão não teria efeito retroativo sobre as eleições de 2022, pois, por seis votos a cinco, prevaleceu o princípio da anualidade, previsto na Constituição Federal. No entanto, esse entendimento foi revisado após a Rede Sustentabilidade apresentar embargos de declaração, levando à aplicação imediata das novas regras para as eleições passadas.

## STF: DESVIO DE EMENDAS

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu aceitar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornar réus dois deputados e um suplente do PL por supostos desvios de recursos relacionados a emendas parlamentares. Os parlamentares acusados são os deputados Josimar Maranhãozinho (PL/MA), Pastor Gil (PL/MA) e o suplente Bosco Costa (PL/SE), que responderão por crimes de corrupção passiva e organização criminosa. O relator do caso, ministro Cristiano Zanin, foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino. De acordo com a PGR, os três políticos teriam solicitado, de forma “consciente e voluntária”, propina no valor de R\$ 1,6 milhão. O esquema de desvio teria ocorrido entre janeiro e agosto de 2020, sob a liderança de Maranhãozinho. A decisão do STF reforça o combate a práticas ilícitas envolvendo o uso de recursos públicos.

## VAGA NO TCU

Deputados do PSD, União Brasil e PL rejeitam apoiar um nome do PT para a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), que será aberta com a aposentadoria do ministro Aroldo Cedraz. A disputa ameaça romper o acordo negociado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos/PB), com o governo Lula durante sua eleição para a presidência da Casa. A vaga só será efetivada em fevereiro de 2026, mas a contenda foi antecipada após o PT manifestar interesse no cargo no ano passado. Agora, os demais partidos reagem, aproveitando o clima de desgaste entre o Executivo e o Congresso para reivindicar a indicação. Hugo Motta havia prometido aos petistas apoio para eleger um representante do PT para o cargo. Em troca, o PT e o governo não fomentaram candidaturas alternativas à presidência da Câmara e rapidamente aderiram à campanha de Motta, o que levou os líderes do União Brasil e do PSD a desistirem da disputa pela presidência da Casa. No entanto, a resistência de partidos como PSD, União Brasil e PL ao nome do PT para o TCU coloca em xeque o acordo inicial e reflete as tensões políticas no Congresso. A indicação para o TCU é altamente estratégica, dada a influência do tribunal na fiscalização de gastos públicos e na aprovação de contratos governamentais, o que torna a disputa ainda mais acirrada.



## **EFRAIM NETO**

61 99311 5408  
contato@veredasie.com.br

MTB 0011483/DF



VEJA NOSSOS DEBATES  
E ASSINE NOSSO CANAL



CONHEÇA MAIS  
SOBRE A VEREDAS